



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025/SFI

	Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Secretaria de Finanças Processo nº SEI-2025-10004108
---	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: SEI-2025-10004108

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2025/SFI

ENDEREÇO ELETRÔNICO: licitacao@angra.rj.gov.br

Preâmbulo

O Município de Angra dos Reis, por meio da **Secretaria de Finanças**, com endereço na Praça Nilo Peçanha, 186, - Bairro Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-901; torna público, para ciência dos interessados, o presente CHAMAMENTO PÚBLICO para a **seleção de Instituição Financeira, integrante da Rede Nacional, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de arrecadação bancária relativo ao recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas, observando-se os padrões estabelecidos pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados**, com base na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 4º, 5º, 13, 38 e 39 Decreto Municipal nº 13.355, de 2023, sem prejuízo aos demais, nos termos do presente Edital.

Os interessados deverão atender as condicionantes deste Edital, apresentando as propostas, no período de 01/12/2025 a 01/12/2026, no endereço eletrônico licitacao@angra.rj.gov.br. As inscrições se encerram às 16 horas do dia 01/12/2026.

1 – DO OBJETO

O objeto é o CREDENCIAMENTO para a seleção de Instituição Financeira, integrante da Rede Nacional, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de arrecadação bancária relativo ao recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas, observando-se os padrões estabelecidos pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

1.2 – DA JUSTIFICATIVA:

A contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços financeiros de arrecadação faz-se necessária para proporcionar agilidade, oferecendo maiores canais de pagamento à população, permitindo maior comodidade, segurança e eficiência na arrecadação das receitas públicas na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, visando à facilidade no processo de recebimento de contas, tributos e demais receitas diversas, o combate à inadimplência considerando a quantidade de canais para pagamento das contas e guias como: Guichês, Correspondente Bancário, Autoatendimento, Internet Banking, Lotéricas, Débito Automático, Redisponibilização de Arquivo Retorno.

2 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO SERVIÇO

2.1 – A instituição deverá oferecer os seguintes serviços:

ITEM	TARIFA	VALOR UNITÁRIO
1	Guichê	R\$ 2,66



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

2	Correspondente Bancário	R\$ 1,70
3	Lotéricas	R\$ 2,11
4	Autoatendimento	R\$ 1,36
5	Internet Banking	R\$ 1,17
6	Débito Automático	R\$ 1,41
7	Disponibilização de Arquivo Retorno	R\$ 0,35

3 – DA CONTRAPARTIDA

3.1 – A instituição financeira credenciada receberá, pela prestação dos serviços financeiros de arrecadação de guias de tributos e demais receitas diversas, o valor máximo conforme tabela acima.

4 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 – As instituições cadastradas prestarão serviços de arrecadação de guias de tributos e demais receitas diversas, através das modalidades de arrecadação que as instituições credenciadas apresentarem de acordo com o as estipulações deste termo, do edital de Chamamento Público e minuta de contrato.

4.2 – As CREDENCIADAS deverão efetuar os repasses das arrecadações no 2º (segundo) dia útil após o recebimento, na conta corrente a ser determinada pela Secretaria de Finanças na assinatura do contrato.

4.3 – As CREDENCIADAS deverão disponibilizar, diariamente, a transmissão eletrônica de dados referente aos valores arrecadados, em favor da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, de forma segura, íntegra e tempestiva, devendo ainda que arquivo digital gerado seja compatível com o banco de dados do sistema de arrecadação da Secretaria de Finanças.

4.4 – Pelo descumprimento do prazo estabelecido no item 4.1, a empresa credenciada ficará obrigada a creditar ao Município o valor arrecadado, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a partir do terceiro dia útil subsequente à data da arrecadação até a data efetiva do repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste regulamento e nas Leis Civil e Penal. Na hipótese de extinção da taxa acima mencionada, será adotado o índice que vier a substituí-la.

5 – DO REPASSE FINANCEIRO

5.1 O prazo regulamentar para o repasse de toda a arrecadação efetuada, referente à prestação dos serviços será de D+2, ou seja, dois dias úteis depois do recebimento das guias de tributos e demais receitas diversas, na conta-corrente a ser determinada pela Secretaria de Finanças na assinatura do contrato.

5.2 Pelo descumprimento do prazo estabelecido no subitem 5.1, ficará a empresa credenciada obrigada a creditar ao Município o produto arrecadado, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a partir do terceiro dia útil subsequente ao da arrecadação até o



dia do efetivo repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste regulamento e nas Leis Civil e Penal. Na ocorrência da extinção da taxa acima referida, adotar-se-á outro índice que futuramente vier a substituí-la.

6 – DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

6.1 – São requisitos para credenciamento:

I – Comprovação de registro e autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil como Instituição Financeira legalmente habilitada;

II – Atendimento aos requisitos de qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista, na forma dos artigos 66 e 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado.

IV – A instituição financeira deverá possuir agência bancária no Município de Angra dos Reis.

7 – DA CREDENCIADA

7.1 – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

7.1.1 – Arrecadar e recolher as contas e guias da PMAR, pela modalidade contratada, através de guias de tributos e demais receitas diversas, de acordo com o padrão da FEBRABAN, com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras.

7.1.2 – Arrecadar em todas as modalidades de arrecadação contratadas inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do Contrato, salvo no caso de impossibilidades institucionais.

7.1.3 – Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, o(s) local(is) da prestação de serviço dos correspondentes autorizados ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo a Secretaria de Finanças atualizada quanto a inclusões e/ou exclusões durante a vigência do Contrato, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Finanças.

7.1.4 – Comunicar formalmente a Secretaria de Finanças, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações relevantes ocorridas no sistema de recolhimento da CREDENCIADA, que resultem em descontinuidade do recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas.

7.1.5 – Arrecadar as guias de tributos e demais receitas diversas através de leitura do código de barras padrão FEBRABAN, ou pela digitação da respectiva representação numérica.

7.1.6 – As CREDENCIADAS não poderão, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do cliente, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações.

7.1.7 – As CREDENCIADAS deverão autenticar as guias de tributos e demais receitas diversas da PMAR, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras, bem como para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento via “web”.



7.1.8 – Manter as guias de tributos e demais receitas diversas arquivadas por um período de 90 (noventa) dias.

7.1.9 – Disponibilizar para Secretaria de Finanças, gratuitamente, as informações sobre a liquidação das guias de tributos e demais receitas diversas, com total das transações e informações detalhadas e compatíveis ao Banco de Dados da Secretaria de Finanças, através de arquivo eletrônico, que deverá ter o mesmo valor total do recebimento demonstrado no extrato da conta corrente da PMAR.

7.1.10 – Em caso de incorreção de dados, remeterem as informações regularizadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato.

7.1.11 – Fornecer a Secretaria de Finanças, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

7.1.12 – Disponibilizar para Secretaria de Finanças, quando solicitado, os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de recebimento, ficando a instituição financeira obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

7.1.13 – Manter as informações de transmissão dos recebimentos em meio eletrônico por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

7.1.14 – As guias de tributos e demais receitas diversas poderão ser arrecadadas e recolhidas a qualquer momento;

7.1.15 – Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes; na Secretaria de Finanças do Município de Angra dos Reis.

7.1.16 – Assumir, inclusive para efeitos da Lei nº. 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa Consumidor, qualquer responsabilidade pela atividade exercida nas unidades de recebimento em virtude da assinatura do contrato com a PMAR;


7.1.17 – As empresas poderão participar do credenciamento apenas no que se refere aos serviços a que tiverem interesse.

7.1.18 – E demais obrigações descritas no item 09, do Termo de Referência.

8 – OBRIGAÇÕES DA PMAR:

8.1 Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições no padrão FEBRABAN de código de barras;

8.2 Remunerar a CREDENCIADA pelos serviços efetivamente prestados, diariamente, através de débito na conta corrente informada pela Secretaria de Finanças de acordo com o fato gerador/serviço, a contar da data da assinatura do Contrato;

	Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Secretaria de Finanças Processo nº SEI-2025-10004108
---	--

8.3 Pôr a disposição dos contribuintes da PMAR as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;

8.4 Se responsabilizar pelo registro e cobrança das guias tributárias e demais receitas devidas.

8.5 – A participação dos interessados se limitará aos seguintes requisitos:

8.5.1 – Poderão participar do presente chamamento pessoas jurídicas, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento, Termo de Referência e seus anexos.

8.5.2 – É vedada a participação de pessoa física.

8.5.3 – É vedada a participação de pessoa jurídica ou empresário individual nas seguintes condições:

- a) Declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado do Município de Angra dos Reis, suas autarquias e fundações;
- c) Que possua atividade incompatível com o objeto do presente Chamamento;
- d) Que participe de forma direta ou indireta de mais de uma pessoa jurídica ou empresário individual participante do chamamento;
- e) Que se apresente sob a forma de consórcio;
- f) Que se apresente sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra ou cujas atividades não possam ser enquadradas fielmente no disposto nos artigos 3º e 4º da Lei nº. 5.764/71;
- g) Que tenha processo de falência, perante os cartórios distribuidores da sede da pessoa jurídica;

9 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

9.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para início de recebimento das PROPOSTAS qualquer cidadão ou proponente poderá solicitar esclarecimentos, informações, providências ou impugnar o presente edital.

9.1.1 – Os pedidos de impugnação deverão ser enviados através do e-mail licitacao@angra.rj.gov.br e direcionados à Comissão Especial de Chamamento Público – CECP do Município de Angra dos Reis/RJ.

9.2 – Caberá à Comissão decidir acerca do pedido de impugnação do edital, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para início de recebimento das PROPOSTAS deste Chamamento Público.


10 – REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO:

10.1 – Não haverá SESSÃO PÚBLICA. O CHAMAMENTO será por meio ELETRÔNICO.

10.2 – O período de chamamento será de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do edital.

11 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:

11.1 – DA PROPOSTA

	Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Secretaria de Finanças Processo nº SEI-2025-10004108
---	--

11.1.1 – As proponentes deverão apresentar à Comissão Especial de Chamamento Público – CECP, a PROPOSTA e a documentação de HABILITAÇÃO.

11.2 – O prazo de validade da proposta será de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da proposta.

12 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

12.1 – Além daqueles requisitos constantes do item 6, é indispensável a apresentação dos seguintes documentos, para os fins de **HABILITAÇÃO** neste Chamamento Público:

12.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro no Registro Público de Empresa Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

b) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração (caso os responsáveis não sejam indicados no contrato social, deverá ser apresentado documento que indique a responsabilidade pela administração);

d) No caso de Microempreendedor Individual, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

e) No caso de sociedade anônima, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

f) No caso de empresas estrangeiras ou sociedades estrangeiras, cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

12.1.1.1 – A instituição financeira interessada poderá ser representada por seu representante legal que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, que possui os necessários poderes para a prática de todos atos inerentes.

12.1.1.2 – Por pessoa devidamente credenciada por mandato, cujo instrumento público ou particular é a procuração, contendo, obrigatoriamente, o número do respectivo RG – Registro Geral e CPF do outorgante e dando plenos poderes irrevogáveis e irretiráveis para interpor, impugnar ou desistir de recursos, e em geral para tomar todas e quaisquer deliberações atinentes a este credenciamento, não sendo permitido o seu substabelecimento. Sendo admitida a substituição do mandatário, a qualquer tempo, sempre por procuração com idênticos poderes.

12.1.1.2 – Documento legal que comprove poderes para representá-la neste processo.

12.1.1.3 – O credenciamento será realizado por meio eletrônico e permanecerá aberto no Portal



Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio oficial criado pela Lei nº 14.133/2021, pelo período de 1 (um) ano. Durante esse prazo, as instituições financeiras interessadas poderão se credenciar, encaminhando a documentação por e-mail. A Comissão responsável fará a análise da documentação pertinente, enquanto a parte técnica será avaliada pela Secretaria de Finanças. Uma vez habilitada, a empresa terá o Termo de Credenciamento publicado no Boletim Oficial do Município. Posteriormente, será celebrado o contrato de prestação de serviços entre o Município de Angra dos Reis, por meio da Secretaria de Finanças, e a instituição financeira credenciada.

12.1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;
 - d.1) As empresas localizadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar junto à Certidão Negativa de Débitos – CND, a Certidão da Dívida Ativa emitida pelo órgão próprio da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da proponente, comprovada através de certidão negativa de débito relativo ao Imposto Sobre Serviços (ISS);
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011.

12.1.3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1.3.1 – Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá(ão) ser apresentado(s): comprovação de registro e autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil como Instituição Financeira legalmente habilitada;

12.1.4 – DECLARAÇÕES:

- a) De que: Tomou conhecimento de todas as informações, e que se submete integralmente às condições estabelecidas neste Edital e no que couber a Lei 14.133/2021, assim como na legislação complementar pertinente, para fiel cumprimento das obrigações objeto deste chamamento; não

	Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Secretaria de Finanças Processo nº SEI-2025-10004108
---	--

existem fatos que impeçam a participação neste chamamento e quanto à obrigatoriedade de declaração de ocorrências impeditivas posteriores, até a data de abertura do envelope de habilitação; e cumpre plenamente os requisitos de habilitação; conforme modelo ANEXO II;

b) De que as despesas com aquisição e manutenção dos equipamentos, mobiliários, utensílios e demais materiais necessários à exploração do bem público, correrão por conta exclusiva da COMPROMISSADA.

12.1.5 – Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual – MEI:

12.1.5.1 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar 123/2006; e Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual – ANEXO IV.

12.1.5.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste Edital, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.2.5.3 – A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste Edital implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as proponentes remanescentes para celebrar o Termo de Permissão de Uso de Espaço Público, na ordem de classificação ou revogar o chamamento.

12.1.5.4 – Declaração da proponente de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme ANEXO III.

12.1.5.5 – Declarações fornecidas à Comissão Especial de Chamamento Público, subscritas pelo representante da proponente, onde conste que o mesmo:

12.1.5.6 – Compromete-se a prover os equipamentos suficientes e necessários para o regular funcionamento da atividade selecionada, em perfeito estado de uso e conservação e compromete-se a executar as atividades no objeto deste chamamento.

12.2 – Os documentos necessários à habilitação que não forem apresentados na forma descrita acima supracitada, implicarão **INABILITAÇÃO AUTOMÁTICA** do interessado.

12.3 – A documentação deve ser apresentada em plena validade, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da administração municipal local, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

12.4 – Todos os documentos expedidos pelas empresas participantes deverão estar em papel timbrado da proponente e subscritos por seu representante legal.



12.5 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

12.6 – A Comissão Especial de Chamamento Público – CECP poderá diligenciar, efetuando consultas diretas à Internet, nos sites dos órgãos expedidores, para verificar a veracidade de documentos obtidos por esse meio eletrônico.

13 – DO CREDENCIAMENTO DA EMPRESA

13.1 – Após a conferência dos documentos pela Comissão Especial de Chamamento Público – CECP, este serão acostados ao processo e enviados para a Secretaria de Finanças.

13.1.1 – O credenciamento se dará após análise e aprovação da documentação e proposta apresentadas pela Instituição de quais serviços tem interesse.

13.2 – O critério de credenciamento do PERMITENTE será aquele que cumprir os requisitos de habilitação.

13.2.1 – Analisados os documentos, diante do estabelecimento neste instrumento e estando conforme, a instituição bancária será considerada habilitada.

13.2.2 – Será inabilitada ou desclassificada a proponente que deixar de atender às condições estabelecidas no presente Edital de Credenciamento.

13.3 – Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

13.4 – Em caso de divergência entre informações contidas em documentação e na Proposta específica prevalecerão as da Proposta.

13.5 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

14 – DOS RECURSOS

14.1 – Caberá um único recurso administrativo, sem efeito suspensivo, nas hipóteses de habilitação ou inabilitação, que deverá ser enviado através do e-mail licitacao@angra.rj.gov.br e direcionados à Comissão Especial de Chamamento Público – CECP do Município de Angra dos Reis/RJ, no prazo de 03 (três) dias úteis.

14.2 – A Comissão poderá rever sua decisão, no prazo de até 03 (três) dias, ou nesse mesmo prazo prestar as informações necessárias e remeter a peça recursal à autoridade superior que proferirá sua decisão em até 03 (três) dias, devendo promover a sua respectiva publicação no Boletim Oficial do Município.

15 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

15.1 – O acompanhamento e a fiscalização do serviço, caberá ao servidor designado pelo Secretário de Finanças, por meio de portaria própria a ser publicada no Boletim Oficial do Município, que

	Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Secretaria de Finanças Processo nº SEI-2025-10004108
---	--

determinará se for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 10.858/2018, que versa sobre fiscalização.

16. DAS SANÇÕES:

16.1 – As empresas credenciadas estarão sujeitas às infrações constantes no TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17 – DO CONTRATAÇÃO

17.1 – O serviço de arrecadação deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do Contrato que deverá ter o período de vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

18 – DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES:

18.1 – A população poderá denunciar irregularidades na prestação de serviços das instituições bancárias credenciadas por meio da **Ouvidoria do Município**, pelos seguintes canais:

- **Telefone:** (24) 3379-9966
- **E-mail:** ouvidoria@angra.rj.gov.br

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 – É facultado à Secretaria solicitante, nos casos em que a proponente de melhor oferta seja inabilitada ou, por algum motivo, sendo vencedora, não aceite os prazos e condições estabelecidos, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo; não ficando a desistente, quando for o caso, isenta das sanções previstas neste edital.

19.2 – É facultado ao Presidente da Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase do chamamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.3 – Fica assegurado à Secretaria solicitante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente chamamento, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

19.4 – As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Finanças não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do chamamento.

19.5 – As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do chamamento.

19.6 – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente da Comissão.

19.7 – Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data



marcada, a sessão será transferida para nova data, que será devidamente publicada.

19.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do término.

19.9 – As obrigações resultantes do presente certame deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.10 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Conhecimento, Inexistência de Fatos Impeditivos e Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual;

Anexo V – Minuta de Contrato

19.11 – Nas fases de julgamento da proposta e de habilitação, o Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público poderá sanar falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante justificativa fundamentada e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.12 – Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

19.13 – Ficam as proponentes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, no chamamento, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

19.14 – O foro da comarca de Angra dos Reis é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este chamamento e à adjudicação, celebração e execução do Termo de Permissão de Uso de Espaço Público.

Angra dos Reis, 27 de novembro de 2025.

Comissão de Chamamento Público



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

Credenciamento de Instituição Financeira integrante da Rede Nacional, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de arrecadação bancária relativo ao recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas, observando-se os padrões estabelecidos pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

A contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços financeiros de arrecadação faz-se necessária para proporcionar agilidade, oferecendo maiores canais de pagamento à população, permitindo maior comodidade, segurança e eficiência na arrecadação das receitas públicas da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, visando à facilidade no processo de recebimentos de contas, tributos e demais receitas diversas, o combate à inadimplência considerando a quantidade de canais para pagamento das contas e guias como: Guichês, Correspondente Bancário, Autoatendimento, Internet Banking, Lotéricas, Débito Automático, Redistribuição de Arquivo Retorno.

3 – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A Instituição Financeira deverá oferecer serviços como:



ITEM	TARIFA	VALOR UNT
1	Guichê	R\$ 2,66
2	Correspondente Bancário	R\$ 1,70
3	Lotéricas	R\$ 2,11
4	Auto Atendimento	R\$ 1,36
5	Internet Banking	R\$ 1,17
6	Débito Automático	R\$ 1,41
7	Redisponibilização de Arquivo Remoto	R\$ 0,35

3.1 A instituição financeira credenciada receberá, pela prestação dos serviços financeiros de arrecadação de guias de tributos e demais receitas diversas, o valor máximo conforme tabela acima.

4 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 As instituições cadastradas prestarão serviços de arrecadação de guias de tributos e demais receitas diversas, através das modalidades de arrecadação que as instituições credenciadas apresentarem de acordo com o as estipulações deste termo, do edital de Chamamento Público e minuta de contrato.

4.2 As CREDENCIADAS deverão efetuar os repasses das arrecadações no 2º (segundo) dia útil após o recebimento, na conta corrente a ser determinada pela Secretaria de Finanças na assinatura do contrato.

4.3 As CREDENCIADAS deverão disponibilizar, diariamente, a transmissão eletrônica de dados referente aos valores arrecadados, em favor da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, de forma segura, íntegra e tempestiva, devendo ainda que arquivo digital gerado seja compatível com o banco de dados do sistema de arrecadação da Secretaria de Finanças.

4.4 Pelo descumprimento do prazo estabelecido no item 4.1, a empresa credenciada



ficará obrigada a creditar ao Município o valor arrecadado, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a partir do terceiro dia útil subsequente à data da arrecadação até a data efetiva do repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste regulamento e nas Leis Civil e Penal. Na hipótese de extinção da taxa acima mencionada, será adotado o índice que vier a substituí-la.

5 – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

O serviço de arrecadação deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do Contrato que deverá ter o período de vigência de 12 (doze) meses prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

6 – DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO:

São requisitos para credenciamento:

1. Comprovação de registro e autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil como instituição financeira legalmente habilitada;
2. Atendimento aos requisitos de qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista, na forma dos artigos 66 e 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;
3. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado;
4. A instituição financeira deverá possuir agência bancária no Município de Angra dos Reis.

7 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA:

7.1 Analisados os documentos, diante do estabelecimento neste instrumento e estando conforme, a instituição bancária será considerada habilitada.



7.2 Será inabilitada ou desclassificada a proponente que deixar de atender às condições estabelecidas no presente Edital de Credenciamento.

8 – DO CREDENCIAMENTO:

8.1 O credenciamento se dará após análise e aprovação da Documentação e Proposta apresentadas pela Instituição de quais serviços tem interesse.

9 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

9.1 A instituição financeira interessada poderá ser representada por seu representante legal que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, que possui os necessários poderes para a prática de todos atos inerentes;

9.2 Por pessoa devidamente credenciada por mandato, cujo instrumento público ou particular é a procuração, contendo, obrigatoriamente, o número do respectivo RG-Registro Geral e CPF do outorgante e dando plenos poderes irrevogáveis e irretroatáveis para interpor, impugnar ou desistir de recursos, e em geral para tomar todas e quaisquer deliberações atinentes a este Credenciamento, não sendo permitido o seu substabelecimento. Sendo admitida a substituição do mandatário, a qualquer tempo, sempre por procuração com idênticos poderes;

9.3 Documento legal que comprove poderes para representá-la neste processo;

9.4 O credenciamento será realizado por meio eletrônico e permanecerá aberto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio oficial criado pela Lei nº 14.133/2021, pelo período de 1 (um) ano. Durante esse prazo, as instituições financeiras interessadas poderão se credenciar, encaminhando a documentação por e-mail. A Comissão responsável fará a análise da documentação pertinente, enquanto a parte técnica será avaliada pela Secretaria de Finanças. Uma vez habilitada, a empresa terá o



Termo de Credenciamento publicado no Boletim Oficial do Município. Posteriormente, será celebrado o contrato de prestação de serviços entre o Município de Angra dos Reis, por meio da Secretaria de Finanças, e a instituição financeira credenciada.

10– DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

10.1 Arrecadar e recolher as contas e guias da PMAR, pela modalidade contratada, através de guias de tributos e demais receitas diversas, de acordo com o padrão da FEBRABAN, com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras;

10.2 Arrecadar em todas as modalidades de arrecadação contratadas inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do Contrato, salvo no caso de impossibilidades institucionais;

10.3 Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, o(s) local (is) da prestação de serviço dos correspondentes autorizados ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo a Secretaria de Finanças atualizada quanto a inclusões e/ou exclusões durante a vigência do Contrato, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Finanças;

10.4 Comunicar formalmente a Secretaria de Finanças, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações relevantes ocorridas no sistema de recolhimento da CREDENCIADA, que resultem em descontinuidade do recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas;

10.5 Arrecadar as guias de tributos e demais receitas diversas através de leitura do código de barras padrão FEBRABAN, ou pela digitação da respectiva representação numérica;



10.6 As CREDENCIADAS não poderão, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do cliente, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

10.7 As CREDENCIADAS deverão autenticar as guias de tributos e demais receitas diversas da PMAR, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras, bem como para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento via “web”;

10.8 Manter as guias de tributos e demais receitas diversas arquivadas por um período de 90 (noventa) dias;

10.9 Disponibilizar para Secretaria de Finanças, gratuitamente, as informações sobre a liquidação das guias de tributos e demais receitas diversas, com total das transações e informações detalhadas e compatíveis ao Banco de Dados da Secretaria de Finanças, através de arquivo eletrônico, que deverá ter o mesmo valor total do recebimento demonstrado no extrato da conta corrente da PMAR;

10.10 Em caso de incorreção de dados, remeterem as informações regularizadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

10.11 Fornecer a Secretaria de Finanças, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

10.12 Disponibilizar para Secretaria de Finanças, quando solicitado, os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de recebimento, ficando a instituição financeira obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias;



10.13 Manter as informações de transmissão dos recebimentos em meio eletrônico por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

10.14 As guias de tributos e demais receitas diversas poderão ser arrecadadas e recolhidas a qualquer momento;

10.15 Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes; na Secretaria de Finanças do Município de Angra dos Reis.

10.16 Assumir, inclusive para efeitos da Lei nº. 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa Consumidor, qualquer responsabilidade pela atividade exercida nas unidades de recebimento em virtude da assinatura do contrato com a PMAR;

10.17 As empresas poderão participar do credenciamento apenas no que se refere aos serviços a que tiverem interesse.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA PMAR:

11.1 Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições no padrão FEBRABAN de código de barras;

11.2 Remunerar a CREDENCIADA pelos serviços efetivamente prestados, diariamente, através de débito na conta corrente informada pela Secretaria de Finanças de acordo com o fato gerador/serviço, a contar da data da assinatura do Contrato;

11.3 Pôr a disposição dos contribuintes da PMAR as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;



11.4 Se responsabilizar pelo registro e cobrança das guias tributárias e demais receitas devidas.

12 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da seguinte:

Fonte: **15000000** (recurso próprio), Ficha: **20250166**

Dotação Orçamentária: **20.2006.04.129.0204.2002.339039**

13 – DO REPASSE FINANCEIRO:

13.1 O prazo regulamentar para o repasse de toda a arrecadação efetuada, referente à prestação dos serviços será de D+2, ou seja, dois dias úteis depois do recebimento das guias de tributos e demais receitas diversas, na conta-corrente a ser determinada pela Secretaria de Finanças na assinatura do contrato.

13.2 Pelo descumprimento do prazo estabelecido na alínea 13.1, ficará a empresa credenciada obrigada a creditar ao Município o produto arrecadado, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a partir do terceiro dia útil subsequente ao da arrecadação até o dia do efetivo repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste regulamento e nas Leis Civil e Penal. Na ocorrência da extinção da taxa acima referida, adotar-se-á outro índice que futuramente vier a substituí-la.



14 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO:

O acompanhamento e a fiscalização do serviço, caberá ao servidor designado pelo Secretário de Finanças, por meio de portaria própria a ser publicada no Boletim Oficial do Município, que determinará se for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 10.858/2018, que versa sobre fiscalização.

15 – DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES:

A população poderá denunciar irregularidades na prestação de serviços das instituições bancárias credenciadas por meio da **Ouvidoria do Município**, pelos seguintes canais:

- **Telefone:** (24) 3379-9966
- **E-mail:** ouvidoria@angra.rj.gov.br

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

Fica estabelecido o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir qualquer litígio decorrente da contratação que não possa ser resolvido de forma amigável.

Angra dos Reis, 07 de outubro de 2025.



Prefeitura Municipal de
Angra dos Reis



Secretaria de
FINANÇAS

Bianca Queiroz
Diretora Dpto. Administrativo
Secretaria de Finanças



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO, INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Chamamento Público nº 001/2025/SFI
Processo Administrativo nº SEI-2025-10004108

(nome da entidade), CNPJ nº (nº do CNPJ), **DECLARA** que: tomou conhecimento de todas as informações, e que se submete integralmente às condições estabelecidas neste Edital; não existem fatos que a impeçam de participar deste certame e cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação referentes ao Chamamento supracitado, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local e data)

(nome do representante legal e sua assinatura)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

ANEXO III – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES

Chamamento Público nº 001/2025/SFI
Processo Administrativo nº SEI-2025-10004108

(nome da entidade), CNPJ nº (nº do CNPJ), **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(local e data)

(nome do representante legal e sua assinatura)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A (nome da empresa), com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, Declara, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que essa empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42º ao 49º da referida Lei.

Local, em ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Finanças
Processo nº SEI-2025-10004108

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO



LIVRO N°

FOLHA N

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° SEI-2025-10004108

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS PARA ARRECADAÇÃO DE GUIAS DE TRIBUTOS E GUIAS DE RECEITAS DIVERSAS, DE ACORDO COM O PADRÃO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - FEBRABAN, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES RECEBIDOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, COMO CREDENCIANTE, E A _____, COMO CREDENCIADA, PARA _____ [PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO CONTÍNUO] NA FORMA ABAIXO:

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na Praça Nilo Peçanha, nº 186, Centro, Angra dos Reis-RJ, CEP: 23.900-901, o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio da **SECRETARIA DE FINANÇAS** a seguir denominado **CREDENCIANTE**, representado pelo Secretário de Finanças, Sr. _____, matrícula _____, e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CREDENCIADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do CHAMAMENTO PÚBLICO N° ____/____, com base na Lei 14.133/2021, constante dos autos do Processo Administrativo nº SEI-2025-10004108, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de



Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é o CREDENCIAMENTO para a seleção de Instituição Financeira, integrante da Rede Nacional, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviço de arrecadação bancária relativo ao recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas, observando-se os padrões estabelecidos pela Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN com prestação de contas por meio dos valores arrecadados, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência.

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no Processo Administrativo nº SEI-2025-10004108, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CREDENCIANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

A instituição financeira credenciada receberá, pela prestação dos serviços financeiros de arrecadação de guias de tributos e demais receitas diversas, o valor máximo conforme tabela:

ITEM	TARIFA	VALOR UNITÁRIO
1	GUICHÊ	R\$ 2,66
2	CORRESPONDENTE BANCÁRIO	R\$ 1,70
3	LOTÉRICAS	R\$ 2,11
4	AUTOATENDIMENTO	R\$ 1,36
5	INTERNET BANKING	R\$ 1,17
6	DÉBITO AUTOMÁTICO	R\$ 1,41
7	REDISPONIBILIZAÇÃO DE ARQUIVOS RETORNO	R\$ 0,35



LIVRO N°

FOLHA N

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CREDENCIADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) Secretaria de Finanças.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) Secretaria de Finanças.

Parágrafo Terceiro – A CREDENCIADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão–de–obra*] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CREDENCIADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CREDENCIADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CREDENCIADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria de Finanças e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.



Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CREDENCIADA por meio de crédito em conta-corrente aberta em banco a ser indicado pela CREDENCIANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REPASSE FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro – O prazo regulamentar para o repasse de toda a arrecadação efetuada, referente à prestação dos serviços será de D+2, ou seja, dois dias úteis depois do recebimento das guias de tributos e demais receitas diversas, na conta-corrente a ser determinada pela Secretaria de Finanças na assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo – Pelo descumprimento do prazo estabelecido na alínea 13.1, ficará a empresa credenciada obrigada a creditar ao Município o produto arrecadado, corrigido pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, a partir do terceiro dia útil subsequente ao da arrecadação até o dia do efetivo repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste regulamento e nas Leis Civil e Penal. Na ocorrência da extinção da taxa acima referida, adotar-se-á outro índice que futuramente vier a substituí-la.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso a CREDENCIADA requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de prestação dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CREDENCIADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CREDENCIANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CREDENCIADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.



LIVRO N°

FOLHA N

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário de Finanças. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CREDENCIADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CREDENCIANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CREDENCIADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CREDENCIADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CREDENCIADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CREDENCIANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CREDENCIANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – PRAZO

O serviço de arrecadação deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do contrato e vigorará por 12 (doze) meses prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

São obrigações da CREDENCIADA:

- a)** – Arrecadar e recolher as contas e guias da PMAR, pela modalidade contratada, através de guias de tributos e demais receitas diversas, de acordo com o padrão da FEBRABAN, com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras;
- b)** – Arrecadar em todas as modalidades de arrecadação contratadas inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do Contrato, salvo no caso de impossibilidades institucionais;
- c)** – Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, o(s) local (is) da prestação de serviço dos correspondentes autorizados ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo a Secretaria de Finanças atualizada quanto a inclusões e/ou exclusões durante a vigência do Contrato, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria de Finanças;
- d)** – Comunicar formalmente a Secretaria de Finanças, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações relevantes ocorridas no sistema de recolhimento da CREDENCIADA, que resultem em descontinuidade do recebimento de guias de tributos e demais receitas diversas; ;
- e)** – Arrecadar as guias de tributos e demais receitas diversas através de leitura do código de barras padrão FEBRABAN, ou pela digitação da respectiva representação numérica;
- f)** – As CREDENCIADAS não poderão, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do cliente, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- g)** – As CREDENCIADAS deverão autenticar as guias de tributos e demais receitas diversas da PMAR, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras, bem como para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de auto atendimento via “web”;
- h)** – Manter as guias de tributos e demais receitas diversas arquivadas por um período de 90 (noventa) dias;
- i)** – Disponibilizar para Secretaria de Finanças, gratuitamente, as informações sobre a liquidação das guias de tributos e demais receitas diversas, com total das transações e informações detalhadas e compatíveis ao Banco de Dados da Secretaria de Finanças, através de arquivo eletrônico, que deverá ter o mesmo valor total do recebimento demonstrado no extrato da conta-corrente da PMAR;



LIVRO N°

FOLHA N

- j)** – Em caso de incorreção de dados, remeterem as informações regularizadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- k)** – Fornecer a Secretaria de Finanças, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- l)** – Disponibilizar para Secretaria de Finanças, quando solicitado, os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de recebimento, ficando a instituição financeira obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias;
- m)** – Manter as informações de transmissão dos recebimentos em meio eletrônico por um período de 180 (cento e oitenta) dias;
- n)** – As guias de tributos e demais receitas diversas poderão ser arrecadadas e recolhidas a qualquer momento;
- o)** – Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes; na Secretaria de Finanças do Município de Angra dos Reis.
- p)** – Assumir, inclusive para efeitos da Lei nº. 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa Consumidor, qualquer responsabilidade pela atividade exercida nas unidades de recebimento em virtude da assinatura do contrato com a PMAR;
- q)** – As empresas poderão participar do credenciamento apenas no que se refere aos serviços a que tiverem interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE - PMAR

São obrigações do CONTRATANTE:

- a)** – Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições no padrão FEBRABAN de código de barras;
- b)** – Pôr a disposição dos contribuintes da PMAR as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- c)** – Se responsabilizar pelo registro e cobrança das guias tributárias e demais receitas devidas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Secretário de Finanças, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CREDENCIADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CREDENCIANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) Secretaria de Finanças poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:



LIVRO N°

FOLHA N

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.



LIVRO N°

FOLHA N

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente àquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CREDENCIADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade credenciante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CREDENCIANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CREDENCIADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CREDENCIANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.



Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CREDENCIADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência do(a) Secretaria de Finanças e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CREDENCIANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

A CREDENCIADA poderá apresentar:

- 1) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- 2) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- 3) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;



LIVRO N°

FOLHA N

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

O CREDENCIANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CREDENCIANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CREDENCIADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CREDENCIANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CREDENCIANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.



Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CREDENCIADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CREDENCIADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

A CREDENCIADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CREDENCIANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 20.2006.04.129.0204.2002.339039, Fonte: 15000000 (recurso próprio), Ficha: 20250166, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

O CREDENCIANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CREDENCIANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.



LIVRO N°

FOLHA N

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CREDENCIADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato;

b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CREDENCIANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Angra dos Reis, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(NOME, CARGO, MATRÍCULA E LOTAÇÃO)



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes por si e por seus representantes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.



LIVRO N°

FOLHA N

CONTRATANTE
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

[Para as contratações que não exijam a elaboração de instrumento contratual, na forma da legislação pertinente, as partes deverão firmar a declaração de responsabilização civil e administrativa com a seguinte redação:]



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

(em papel timbrado da empresa)

[*denominação/razão social da sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de nº / e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



LIVRO N°

FOLHA N

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO
TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____
[órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas
as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)